

OS ESTUDOS DO LETRAMENTO NOS CURSOS DE LICENCIATURAS

Herika Socorro da Costa NUNES¹
Universidade do Estado do Pará
herica@bol.com.br

Resumo: Neste estudo apresentamos reflexões acerca dos estudos do letramento, situando conceitos, mitos, modelos, práticas e as repercussões para a formação do professor, para a escola e para as políticas públicas de letramento na tentativa de contribuir para o aprofundamento do debate no cenário educacional local. Alguns estudiosos afirmam que os Cursos de Licenciaturas de nossas Universidades e IES públicas e privadas, não têm contemplado de forma satisfatória a interface da lingüística com os estudos do letramento. A despeito da crítica podemos acrescentar ainda que na grande maioria dos cursos de formação de professores ainda não há uma diversidade de condições de letramento, o que agrava ainda mais a fragilidade desta formação recebida tendo em vista que o aluno, futuro professor, irá se deparar com práticas lingüísticas em seu contexto de trabalho. A pesquisa revela que os estudos sobre letramento não são priorizados como campo de reflexão e análise para subsidiar a formação e a prática do professor. Estas constatações fragilizam a formação dos professores de Língua Portuguesa.

Introdução

Uma criança que compreende quando o adulto lhe diz: 'olha o

1 - Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará e atualmente é professora da Universidade Estadual do Pará. Este trabalho foi elaborado com a colaboração da Profa. Laura Maria Silva de Araújo Alves, Doutora em Psicologia da Educação pela PUC/São Paulo, professora do Departamento de Fundamentos da Educação/ICED/UFPA e Pesquisadora do Grupo de Estudos Constituição do Sujeito, Cultura e Educação.

que a fada madrinha trouxe hoje!' está fazendo uma relação com o texto escrito, o conto de fada: assim, ela está participando de um evento de letramento (porque já participou de outros), como os de ouvir uma estorinha (antes de dormir); também está aprendendo uma prática discursiva letrada, e, portanto essa criança pode ser considerada letrada, mesmo que ainda não saiba ler e escrever (KLEIMAN, 1995, p. 18).

Iniciamos este texto comungando com as idéias de Kleiman (2001) quando a autora conceitua letramento como estado ou condição de pessoas que não sabem apenas ler e escrever, mas cultivam e exercem práticas sociais de escrita; usam a escrita enquanto sistema simbólico e tecnológico em contextos específicos para objetivos específicos (na sua vida pessoal, profissional, entre outros). Os estudos de letramento, segundo a autora, preocupam-se com os usos e as funções sociais da escrita, visando à inserção do sujeito nas práticas sociais que exigem tais habilidades.

Outra pesquisadora da área, Soares (*apud* LEITE, 2001, p. 27) define o letramento “como resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever”, ou seja, o estado ou a condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita. Para Soares, essas práticas têm efeito sobre os indivíduos e os diferenciam daqueles que não têm acesso às referidas práticas. Segundo a autora, “o que muda no indivíduo que apresenta um bom nível de letramento² é o seu lugar social, ou seja, muda a sua forma de

2 - Segundo Ribeiro (*apud* DI NUCCI, 2001, p. 217), os níveis de letramento estão relacionados com a qualidade das práticas de leitura e escrita do indivíduo, com a qualidade do texto que lê e escreve, com a frequência e a forma de leitura e de escrita. Além disso, os níveis de letramento variam de acordo com o domínio do código escrito: sujeitos com níveis mais altos de letramento geralmente apresentam mais tempo de escolaridade, o que permite concluir que o nível de letramento está, de certa forma, relacionado com o grau de escolaridade.

inserção cultural na medida em que passa a usufruir uma outra condição social e cultural”.

Os conceitos de letramento apresentados pelas autoras revelam o quanto é importante que professores e gestores se apropriem do significado desta terminologia, tendo em vista a formação do aluno letrado. Esta compreensão nos remete a uma reflexão dos cursos de formação de professores de Educação Básica, entre eles, a Licenciatura em Letras no sentido de incorporar, de forma mais consistente em seus currículos, os estudos do letramento.

Podemos inferir a partir da análise das referidas autoras, que nas sociedades grafocêntricas³, todo indivíduo está inserido em um meio letrado e faz uso da leitura e da escrita de acordo com suas necessidades. A frequência do contato com a escrita e o tipo de texto que essa escrita constitui é que vai determinar o seu nível de letramento.

Sabemos que semanticamente, o termo letrado⁴ não tem um único sentido. Em virtude de transformações sociais, culturais e econômicas, o letramento não se restringe somente àquelas pessoas que adquiriram a escrita (uma tecnologia), mas também a pessoas que participam socialmente de outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua onde moram e que seguem, por conseguinte, orientações de letramento muito diferentes, daquelas trabalhadas na escola.

Neste sentido, defendemos a idéia de que as Instituições de

3 - São aquelas sociedades que se utilizam da linguagem escrita como forma de interação e comunicação.

4 - Letrada pode ser considerada tanto aquelas pessoas eruditas, versadas em letras, literata, quanto àquela que participa e interage com eventos e práticas sociais de letramento escolares e não escolares.

Ensino Superior – IES, como espaço de convivência educativa e de construção de relações sociais, devem promover práticas de leitura e escrita não dissociadas – como ainda são, em grande maioria, das práticas sociais das quais participam nossos alunos e nas quais pretendem também se engajar. E a estas práticas sociais de leitura e escrita denominamos de letramento. Por isso, as IES deveriam, então, ampliar o conhecimento lingüístico dos alunos e criar condições para que eles possam usar a oralidade, leitura e escrita tanto como instrumento de interação social (uso) como para a prática pedagógica.

Em nossas pesquisas e leituras sobre a temática letramento, percebemos que em inúmeras Instituições de Ensino Superior, como UNICAMP, PUC/ MG, UFRJ, USP, entre outras, o letramento, como campo conceitual já figurava no meio acadêmico destas instituições, desde a segunda metade da década de 80. Primeiro, como forma de difusão em congressos, seminários, oficinas e, posteriormente, como disciplina curricular⁵ .

Esta evidência causava-nos certa inquietação profissional quando nos reportávamos a nossa realidade, no caso, o Estado do Pará. O que nós professores da educação básica sabemos sobre letramento? Os professores da educação básica podem se considerar agentes de letramento?⁶ Que práticas de letramento nós trabalhamos

5 - No Instituto de Pesquisas da Linguagem – IEL da UNICAMP existe um núcleo de pesquisa chamado Letramento do Professor, criado em 1991, envolvendo grupos de pesquisadores que estudam as práticas de leitura e escrita de alfabetizadores, professores de língua portuguesa e outros agentes de letramento, com a finalidade de subsidiar os programas de formação de professores e contribuir para a compreensão da identidade profissional dos que ensinam a ler e escrever numa sociedade cada vez mais grafocêntrica. Cf.

<http://www.letramento.iel.unicamp.br/index.html>

6 - Importa registrar que o professor, independente da sua área de formação, deve trabalhar na escola como agente de letramento, e, para que o mesmo ensine sobre práticas de letramento, precisa conhecer o conceito do mesmo e suas práticas.

com nossos alunos? Nós temos conseguido letrar o nosso aluno? Como incorporar tal temática nos currículos dos cursos de Licenciatura em Letras? Ou melhor dizendo, o curso de licenciatura em Letras trabalha com práticas de letramento, no sentido de não só letrar o aluno, futuro professor, como também, instrumentalizá-lo para ser um agente de letramento na escola básica? Esta interrogação levou-nos a fazer uma reflexão dos estudos do letramento no cenário educacional brasileiro .

1 O letramento nos cursos de licenciaturas

O ato de ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir as palavras (FREIRE, 1990, p. 20).

O termo letramento vem-se mostrando pertinente para o processo de ensino-aprendizagem da linguagem escrita. Neste sentido, a escola tem um relevante papel, especialmente para as classes populares, visando à constituição de sujeitos letrados. Entretanto, a discussão que envolve a noção de letramento é densa e complexa, pois é atravessada pelo viés político-ideológico de uma dada sociedade.

Neste sentido, o letramento é considerado pelos pesquisadores da área ainda fluido e polissêmico, conceitos estes que não são considerados necessariamente contraditórios, mas certamente diferentes, visto que eles podem ser descritos de várias formas.

O letramento pode ser visto primeiramente como uma qualidade, um estado, um conjunto de capacidades de um sujeito para usar a língua escrita, recaindo, portanto, a centralidade sobre o sujeito. Neste caso, o letramento se volta para os aspectos sociais do uso da escrita e o sujeito, que é um ser sócio-histórico, participa das práticas

sociais de sua comunidade, mesmo que não tenha domínio individual da escrita.

O letramento pode também ser considerado um processo. Ele descreve tanto o processo de desenvolvimento e usos dos sistemas da escrita nas comunidades (desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas⁷) quanto o processo de aquisição e uso da escrita pelos seus membros que, por sua vez, reflete as condições socioculturais e históricas do seu meio ambiente.

O letramento também pode ser usado para se referir ao impacto social da escrita, às mudanças e às transformações decorrentes das novas tecnologias e usos da escrita e seus reflexos no homem comum. Esse impacto só pode ser avaliado adotando a perspectiva dos estudos sobre o letramento, que ampliaram a concepção do que seja a escrita.

A despeito destas considerações iniciais Soares (2003, p. 66), adverte que é difícil definir letramento em virtude do mesmo abranger “conhecimento, habilidades, valores, usos ou funções sociais”, contextos que tornam a definição difícil. A autora mostra conceitos diferentes de letramento à luz de dois pesquisadores da área, confrontando-os:

[...] Para estudar e interpretar o letramento [...], três tarefas são necessárias. A primeira é formular uma definição consistente que permita estabelecer comparações ao longo do tempo e através do espaço. Níveis básicos ou primários de leitura e escrita constituem os únicos indicadores ou sinais flexíveis e razoáveis para responder a esse critério essencial [...] o letramento é, acima de tudo, uma tecnologia ou conjunto de técnicas usadas para a comunicação e para a

7 - A alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, a invenção da internet, entre outros.

decodificação e reprodução de materiais escritos ou impressos: não pode ser considerado nem mais nem menos que isso (GRAFF *apud* SOARES, 2003, p. 66).

As tentativas de definição (de letramento) estão quase sempre baseadas em uma concepção de letramento como um atributo dos indivíduos; buscam descrever os constituintes do letramento em termos de habilidades individuais. Mas o fato mais evidente a respeito do letramento é que ele é um fenômeno social [...] o letramento é um produto da transmissão cultural [...] Uma definição de letramento [...] implica a avaliação do que conta como letramento na época moderna em determinado contexto social... Compreender o que 'é' o letramento envolve inevitavelmente uma análise social (SCRIBNER *apud* SOARES, 2003, p. 66).

Percebemos, então, a partir da visão desses dois autores que o termo letramento poder ser considerado realmente como polissêmico. Caberia as IES discutir mais sobre a temática com a intenção de diminuir as dúvidas que permeiam o conceito do mesmo um vez que grande parte dos alunos dos cursos de Licenciatura ainda desconhece ou não ouviu nem falar de letramento e, por conseguinte, muito menos sabe o que significa seus vários significados. Outra questão a ser levantada a respeito do letramento são os seus mitos, por isso importa discutirmos um pouco a esse respeito.

Em nossa compreensão, tornar-se letrado é um processo no qual o indivíduo se engaja mais, ou menos, de acordo com o seu papel, seus interesses e suas necessidades na comunidade em que vive. Contudo, o fato de o indivíduo não necessitar do código escrito para interagir socialmente não significa de maneira alguma que ele seja menos inteligente do que aquele que faz uso da escrita e seja incapaz de atuar satisfatoriamente em seu meio social. Este é um dos mitos (DESCARDECI, 1992) sobre letramento, predominantes do senso comum: o de supor que aquele que não faz uso do código escrito para

se comunicar seja incapaz de raciocinar logicamente, de inferir informações ou de se expressar oralmente.

Outro mito é o de se pensar que o adulto iletrado deva ser tratado como criança. O uso que os adultos fazem da linguagem em suas vidas também difere daquele das crianças. O modo como eles representam o mundo também é diferente. Um outro mito seria aquele que se refere à crença de que a modalidade escrita de representação da mensagem seria superior a outras modalidades.

Estes mitos, pouco ajudam a dar cientificidade ao fenômeno letramento e devem ser combatidos no âmbito dos cursos de Licenciaturas, sob pena do aluno, futuro professor, trabalhar com um conceito de letramento equivocado, o que pode contribuir para fragilizar a formação e a prática do professor identificada quando este se depara, em seu contexto de trabalho, com questões teóricas e metodológicas sobre como letrar o seu aluno.

Percebemos que ainda é muito grande o mito do letramento⁸. Ele perpassa não apenas pela sociedade, como também na academia. No imaginário popular o letramento é a característica distintiva mais importante de um homem civilizado e de uma sociedade civilizada. O letramento visto dentro desta ótica, pode ser usado de forma preconceituosa como mais um instrumento para prejulgar e discriminar grupos já diminuídos socialmente.

O resultado disso é o aumento do silêncio dos sujeitos (professores e alunos) que vivem presos à visão hegemônica da normatização do português padrão e esta hegemonia se dá em

8 - GRAFF (1990) chama de mito do alfabetismo, termo similar a palavra letramento, a suposição sustentada não só por leigo, mas por estudiosos de que o analfabetismo é um problema de conseqüências sociais e pessoais e como um fenômeno histórico não só do ponto de vista da escrita, como sustentam alguns historiadores, mas da história de leitura.

virtude da força política que uma determinada classe social impõe à sociedade por meio de seu modo de ser.

Nós educadores, portanto, devemos respeitar os outros saberes, uma vez que a hipervalorização do saber letrado, às vezes, leva à exclusão social de indivíduos que, à sua maneira, contribuem para a nossa coletividade, mesmo à margem do mundo letrado.

Street (*apud* CAMPOS, 2003) enquadra o letramento em dois aspectos que ele chama de modelo autônomo de letramento e modelo ideológico de letramento. Segundo o pesquisador, o modelo autônomo de letramento seria aquele que considera a escrita como um processo completo em si, podendo ser interpretada (a escrita) independentemente do contexto de sua produção. Sua aquisição seria um bem, pois favoreceria o desenvolvimento da inteligência (de habilidades cognitivas observáveis em tarefas como classificação, categorização, raciocínio lógico-dedutivo e memorização), uma vez que o acesso a essa prática implicaria em “poderes” e “qualidades” intrínsecas, que se estenderiam aos indivíduos, grupos sociais e povos letrados.

Para Campos (2003), neste caso, a escrita é vista como um percurso para a aquisição de capacidades cognitivas e para a mobilidade social, na pretensão de que haja uma suposta superioridade das sociedades letradas, urbanas, industriais, heterogêneas em detrimento das sociedades ágrafas, pré-lógicas, rurais, conformistas, entre outras.

Ao analisar as práticas escolares de ensino de escrita, Kleiman deduz que, em geral, é o modelo autônomo que determina as práticas escolares, pois a aquisição da escrita é vista como:

[...] Um processo neutro, que, independentemente de considerações contextuais e sociais, deve promover aquelas atividades necessárias para desenvolver no aluno, em última

instância, como objeto final do processo, a capacidade de interpretar e escrever textos abstratos, dos gêneros expositivo e argumentativo, dos quais o protótipo seria o ensaio (KLEIMAN *apud* CAMPOS, 2003, p. 44).

Assim, podemos considerar este modelo como o hegemônico em nossa sociedade considerada grafocêntrica e parte do princípio de que, independente do contexto de produção, a língua tem uma autonomia que só pode ser apreendida por um processo único, geralmente associado ao sucesso e desenvolvimento de grupos considerados “mais civilizados”.

Contagiado pela concepção de que o uso da escrita só é legítimo se atrelada ao padrão elitista da norma culta e que esta, por sua vez, pressupõe a compreensão de um inflexível funcionamento lingüístico, o ensino tradicional de língua portuguesa sempre norteou a aprendizagem dos alunos pela progressão ordenada de conhecimentos: aprender a falar a língua dominante, assimilar as normas do sistema de escrita para, um dia (talvez nunca), fazer uso desse sistema em formas de manifestação previsíveis e valorizadas pela sociedade letrada.

Em resumo trata-se de uma prática pedagógica reducionista, pelo viés lingüístico e autoritário, pelo significado político; uma metodologia etnocêntrica que, pela desconsideração das condições socioeconômicas e culturais dos alunos, mais se presta a reproduzir a cultura do fracasso escolar, como temos observado empiricamente, do que combater tal cultura.

Assim, a escola que deveria ser a instituição responsável para promover oficialmente o letramento se utiliza de práticas bem diferenciadas daquelas que ocorrem em contextos exteriores a ela. Segundo Soares (2003, p. 86), na escola “o fenômeno complexo e multifacetado do letramento é reduzido àquelas habilidades de leitura e escrita e àqueles usos sociais que os testem avaliam e

medem”.

Neste sentido, o letramento escolar não se adequa, conforme certas expectativas, ao desenvolvimento socioeconômico-cultural de nossas sociedades cada vez mais excludentes. Nelas, pessoas convivem em contextos sócio-culturais onde a escrita se apresenta de forma mais complexa. Em decorrência, os alunos saem da escola com o domínio das habilidades de codificar e decodificar, mas são incapazes de ler e escrever funcionalmente textos variados em diferentes situações.⁹

Se contrapondo ao modelo autônomo de letramento, o modelo ideológico aceita a pluralidade das práticas letradas, valorizando o seu significado cultural e o contexto de produção. Tal modelo elimina definitivamente com a divisão entre o momento de aprender e o momento de fazer uso da aprendizagem. Os estudos lingüísticos propõem a articulação entre descobrir a escrita (conhecimento de suas funções e formas de manifestação); aprender à escrita (compreensão das regras e modos de funcionamento) e usar a escrita (cultivo de suas práticas a partir de um referencial culturalmente significativo para o sujeito).

Este modelo, portanto, para Street (*apud* CAMPOS, 2003) é aquele no qual o letramento passa a ser entendido como uma prática social e culturalmente determinada, ou seja, concentra-se nas práticas sociais específicas de leitura e de escrita e acentua o significado do processo de socialização na construção do sentido. As habilidades e os conceitos que acompanham a aquisição do

9 - Nos resultados do SAEB 2005 foi constatado que os alunos concluem a 8ª série do ensino fundamental dominando apenas os conteúdos da 4ª. Na avaliação de Língua Portuguesa, por exemplo, isso significa que os estudantes não conseguem interpretar uma notícia de jornal, identificar a idéia principal de um texto, ver os implícitos de um texto ou reconhecer o sentido de uma metáfora. Cf. INEP 2005.

letramento dependem da formação social e não apenas das qualidades inerentes ao letramento: ambos são aspectos de uma ideologia específica e tudo o que os indivíduos podem extrair da leitura e da escrita depende da cultura na qual estão inseridos e da posição que ocupam na sociedade.

Neste sentido, Campos (2003, p. 36) ressalta que:

[...] Os estudos do letramento, antes voltados para os aspectos mentais do indivíduo, vêm transferindo o seu foco de interesse para os processos interacionais existentes entre os sujeitos, passando a entender que as pessoas se apropriam da escrita devido a interesses particulares, relacionados ao meio social em que estão situados.

Assim, cabe-nos questionar: os cursos de licenciaturas trazem alguma orientação curricular para que os futuros professores construam concepções e práticas de letramento que valorizem os saberes das pessoas em suas comunidades? Melhor dizendo: os cursos estão formando professores que saibam analisar a variedade de práticas culturais associadas à leitura e à escrita em diferentes contextos?

Segundo Campos (2003), as pesquisas sobre letramento têm motivado estudiosos a analisarem a reprodução e/ou questionamento das estruturas de poder e dominação social. Conclui o autor que as práticas de letramento podem ser um caminho para que as comunidades socialmente marginalizadas, por sua linguagem, etnia, classe social ou por questões de gênero, possam se emancipar como partícipes sociais, capazes de construir suas próprias vozes e posições no quadro político de seus países.

Vale destacarmos também dois componentes básicos do

letramento, os eventos e as práticas de letramento¹⁰. Soares (2004) aponta que a distinção entre os termos é meramente metodológica e não ultrapassa o nível da descrição. A autora, citando Street (1995), esclarece que:

[...] Por **eventos de letramento** designam-se as situações em que a língua escrita é parte integrante da natureza da interação entre os participantes e de seus processos de interpretação, seja uma interação face a face, em que pessoas interagem oralmente com a mediação da leitura ou da escrita (por exemplo: discutir uma notícia do jornal com alguém, construir um texto com a colaboração de alguém), seja uma interação à distância, autor-leitor ou leitor-autor (por exemplo: escrever uma carta, ler um anúncio, um livro). Por **práticas de letramento** designam-se tanto os comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento quanto às concepções sociais e culturais que o configuram, determinam sua interpretação e dão sentido aos usos das leituras e/ou da escrita naquela particular situação. (SOARES, 2004, p. 105, grifo nosso)

O que temos percebido em relação ao ensino de leitura e escrita no contexto escolar é que ambas integram eventos e práticas¹¹ sociais

10 - O conceito de evento de letramento foi proposto por Heath (1982 e 1983), já o conceito de práticas de letramento foi proposto por Street (1984), entretanto, tais práticas já haviam sido antes analisadas por Scribner e Cole (1981). Para uma discussão mais recente sobre os dois conceitos consultar Barton (1994) e Street (2001).

11 - Práticas de letramento a ensinar são aquelas que, entre as numerosas que ocorrem nos eventos sociais de letramento, a escola seleciona para torná-las objetos de ensino, incorporada aos currículos, aos programas, aos projetos pedagógicos livros didáticos; práticas de letramento ensinadas são aquelas que ocorrem na instância real da sala de aula, pela tradução dos dispositivos curriculares e pragmáticos e das propostas dos manuais didáticos em ações docentes, desenvolvidas em eventos de letramento que, por mais que tentem reproduzir os eventos sociais reais, são sempre artificiais e didaticamente padronizados; práticas de letramento adquiridas são aquelas de que, entre as ensinadas, os alunos efetivamente se apropriam e levam consigo para a vida afora. (SOARES, 2004, p. 107-108).

específicas, associadas à aprendizagem, de natureza bastante diferente dos eventos e práticas associados a objetivos e a concepções não escolares, isto é, o letramento que ocorre no contexto escolar não é o mesmo que ocorre fora da escola em situações da vida cotidiana.

Acreditamos, portanto, ser de grande valia que pesquisas sejam desenvolvidas e fomentadas com a intenção de se caracterizar e confrontar o que é o letramento escolar e o letramento social para que possamos entender as implicações entre um e outro e conseqüentemente compreender a escolarização da leitura e da escrita sobre as práticas e usos sociais das mesmas, ou seja, trazer para o letramento a linguagem como sua função social de interação (interlocução), as competências básicas da linguagem oral (falar e ouvir), da linguagem escrita (ler e escrever) e das competências envolvidas na construção, compreensão e na análise dos textos (as construções textuais).

Como já citado, a definição do termo letramento tem sido marcada por certa fluidez e imprecisão talvez pela sua recente entrada no Brasil, no cenário educacional o que dificulta a compreensão, com mais clareza, de seu significado. Por ser recente, grande parte dos professores da Educação Básica, que seriam os grandes interessados no aprofundamento deste conceito, ainda não se apropriou do termo¹², como forma de re-significar as práticas sociais de oralidade, leitura e escrita presentes no interior das escolas.

Então, é no cenário dos anos 90 mais precisamente que o letramento tem sido um termo difundido e conhecido no discurso

12 - No Brasil, a palavra só foi dicionarizada em 2001, no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

educativo nacional. Há algumas Universidades do Brasil, com predominância nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que já desenvolvem pesquisas na área do letramento, nos contextos dos cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação. No Pará, ainda que timidamente, encontramos professores da UFPA e da UEPA que pesquisam a temática letramento¹³, constituindo-se em um registro de significativa relevância científica para esta temática.

Em decorrência, terá sido a palavra e o conceito que ela designa uma criação da área acadêmica?

Na linguagem da academia e na linguagem da mídia, tem-se falado muito de analfabetismo funcional, de alfabetização funcional¹⁴, expressões que se aproximam do sentido de letramento, mas não se igualam com ele. Entendemos que não se trata propriamente do “aparecimento” de um novo conceito, uma nova palavra, mas do reconhecimento de um fenômeno que, por não ter, até então, visibilidades sociais, permaneciam obscuras nos discursos pedagógicos e nas práticas educativas.

Torna-se importante ressaltarmos que a palavra letramento ainda não foi tão incorporada pelo contexto escolar, mas o mesmo não acontece com o significado que a palavra nomeia, porque ele surgiu como consequência do reconhecimento de que o conceito de alfabetização tornou-se insatisfatório para compreender os

13 - Cf. CAMPOS (2003); PENNA (2005); NUNES, FERREIRA e NUNES (2006); FERREIRA (2007).

14 - Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma UNESCO sugeriu a adoção do conceito de alfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo a se desenvolver ao longo da vida.

processos de aquisição da oralidade, leitura e escrita. Soares (2004b, p. 24) faz o seguinte comentário acerca do processo de alfabetização e letramento, que mesmo longo, julgamos importante reproduzi-lo na íntegra:

Se alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da tecnologia da escrita (aquisição do sistema de codificação de fonemas e decodificação de grafemas, apropriação do sistema alfabético e ortográfico da língua), letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e de escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever; uma criança letrada (tomando este adjetivo no campo semântico de letramento e de letrar, e não com o sentido que tem tradicionalmente na língua, este dicionarizado) é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer de leitura e de escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias. Se uma criança não sabe ler, mas pede que leiam história para ela, ou finge estar lendo um livro, se não sabe escrever, mas faz rabiscos dizendo que aquilo é uma carta que escreveu para alguém, é letrada, embora analfabeta, porque conhece e tenta exercer, no limite de suas possibilidades, práticas de leitura e de escrita. Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever, levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita; substituindo as tradicionais e artificiais cartilhas por livros, por revistas, por jornais, enfim, pelo material de leitura que circula na escola e na sociedade, e criando situações que tornem necessárias e significativas práticas de produção de textos.

Em relação à prioridade que a escola dá ao método de alfabetização Kleiman (1995, p. 45) faz a seguinte crítica:

[...] Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabeto, numérico), processo geralmente

concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola.

Diante destas constatações, pesquisadores (KLEIMAN 2000; LEITE 2001; SOARES 2004a; TFOUNI 2004; ROJO, 1998) começaram a propor metodologias de alfabetização e letramento, na tentativa de minimizar tal restrição.

A partir da segunda metade da década de 80, com a contribuição da Lingüística, foi possível trazer, ao campo do ensino, novas concepções sobre a língua, suas variantes e natureza essencialmente dialógica. A compreensão dos muitos falares; o respeito ao sujeito falante e a dimensão interlocutiva das práticas lingüísticas passam a fazer parte das discussões da reformulação curricular na busca da qualidade e eficiência do ensino. Paralelamente, os estudos psicogenéticos, em defesa ao caráter construtivo da aprendizagem da língua escrita, chamaram a atenção dos educadores para a importância das experiências sociais de leitura e escrita como práticas que impulsionam e dão sentido à aprendizagem na escola. Soares (2004b, p.21) informa que:

[...] Nos anos 80, a perspectiva psicogenética da aprendizagem da língua escrita, divulgada entre nós, sobretudo pela obra e pela atuação formativa de Emília Ferreiro, sob a denominação de “construtivismo”, trouxe uma significativa mudança de pressupostos e objetivos na área da alfabetização, porque alterou fundamentalmente a concepção do processo de aprendizagem e apagou a distinção entre aprendizagem do sistema de escrita e prática efetivas de leitura e de escrita. Essa mudança paradigmática permitiu identificar e explicar o processo através do qual a criança constrói o conceito de língua escrita como um sistema de representação dos sons da fala a qual a criança torna-se alfabética; por outro lado, e como conseqüência disso, sugeriu as condições em que mais adequadamente se desenvolve esse processo, revelando o papel fundamental de

uma interação intensa e diversificada da criança com práticas e materiais reais de leitura e escrita a fim de que ocorra o processo de conceitualização da língua.

Na fala de Ferreiro (2001, p. 33), verificamos que:

[...] O objeto da escrita no mundo social é um objeto selvagem. [...] Existe uma escrita que a escola considera desorganizada, fora de controle, caótica. O que faz a escola? Domestica esse objeto, decide que as letras e as combinações são apresentadas em certa ordem e constrói seqüências com a boa intenção de facilitar a aprendizagem.

Por estes motivos, as transformações ocorridas no conceito de alfabetização e letramento não podem ser analisadas, dissociadas das transformações sócio-culturais da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da escola, visto que nesses conceitos há uma forte presença da dimensão política e ideológica que orientam os rumos dessas práticas (alfabetizar ou letrar¹⁵). Alfabetizar ou letrar pode contribuir para a manutenção ou eliminação das práticas sociais de leitura, escrita e oralidade para as crianças, os jovens e os adultos, dependendo do objetivo político que as orientam. Daí a importância de se trabalhar a alfabetização sob a perspectiva do letramento como forma de oportunizar ao alfabetizando um desenvolvimento pleno, pautado e alicerçado em sua historicidade, suas práticas sociais, culturais e principalmente embasado em seus aspectos cognitivos.

15 - Mesmo que a nossa análise não tenha como foco a alfabetização, uma vez que isso requer um marco interpretativo mais específico, somos a favor de que o indivíduo seja alfabetizado a partir de práticas sociais de escrita e leitura e não restrito a codificação e decodificação de signos tão somente como vêm ocorrendo em algumas escolas. Este tipo de alfabetização não traz bons resultados para os alunos, pelo contrário, só reforça cada vez mais o insucesso dos mesmos nesse nível de escolaridade. Assim, a inserção destes no mundo letrado deve se dar concomitantemente ao processo de aquisição da escrita e da leitura, devendo o professor alfabetizar letrando.

Para entendermos a compreensão histórica do letramento no Brasil, importa registrar um pouco de seus estudos no cenário internacional. Os estudos do letramento tiveram início nos Estados Unidos, pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Neste país, no Canadá e em vários países da Europa, como França, Bélgica e Inglaterra, começou-se a perceber que embora tidos como alfabetizados, jovens e adultos não conseguiam lidar, satisfatoriamente, com as demandas sociais de leitura e escrita do dia-a-dia.¹⁶ Os dados estatísticos que esses países possuíam sobre analfabetismo não correspondiam à situação real de analfabetismo entre a população (DESCARDECI, 1992).

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, há grande preocupação com o que consideram um baixo nível de letramento da população, e, periodicamente, realizam-se testes nacionais para avaliar as habilidades de leitura e de escrita da população jovem e adulta, tendo em vista orientar políticas de superação do problema detectado. Outro exemplo é a França. Os franceses diferenciam *illettrisme* de *analphabétisme*. Este último já pode ser considerado um problema vencido, com exceção, para os imigrantes analfabetos em língua francesa. Já o *illettrisme*, entrou no dicionário, na França, nos anos 80. Em Portugal, é recente a preocupação com a questão do letramento, que lá ganhou a denominação de *literacia*.

16 - Nos países desenvolvidos, onde se conseguiu universalizar uma escolarização básica mais alongada, também emergem questionamentos sobre a capacidade da escola de responder às demandas e modernização das sociedades, do desenvolvimento tecnológico e da ampliação da participação social e política. A questão não é mais apenas saber se as pessoas sabem ou não ler ou escrever, mas, também, o que elas são capazes ou não de fazer com essas habilidades. Isso quer dizer que, além da preocupação com o analfabetismo, problema que ainda persiste nos países mais pobres e também no Brasil, emerge a preocupação com o analfabetismo funcional, ou seja, com a incapacidade de fazer uso efetivo da leitura e da escrita nas diferentes esferas da vida social.

A partir de então, constatamos que fortes são os apelos que o mundo letrado exerce sobre as pessoas, já que não lhes basta somente a capacidade de desenhar letras ou decifrar o código da leitura. O final do século XX, impulsionado pela globalização da economia e da cultura e pelo volume de tecnologias de comunicação/ informação, impôs a praticamente todos os povos a exigência do domínio da língua como verdadeira condição para a sobrevivência e a conquista da cidadania, e “empurrou” os países à produtividade e à competitividade internacional, requisitando do homem o domínio da capacidade de lidar com os mais diferentes e variados códigos e linguagens. Em resumo, foi no contexto das grandes transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que o termo letramento surgiu.

Mello (1995, p. 32), ao defender a educação numa perspectiva neoliberal, destaca o letramento como uma das mais importantes estratégias educacionais para o desenvolvimento econômico social do Brasil. Em seu discurso sobre a educação num mundo globalizado, afirma a autora que:

[...] Não se trata mais de alfabetizar para um mundo no qual a leitura era privilégio de poucos ilustrados, mas sim para contextos culturais nos quais a decodificação da informação escrita é importante para o lazer, o consumo e o trabalho. Este é um mundo letrado, no qual o domínio da língua é também pré-requisito para a aquisição da capacidade de lidar com códigos e, portanto, ter acesso a outras linguagens simbólicas e não verbais como as da informática e das artes. (*op. cit.*)

A autora argumenta, ainda, que:

[...] Os instrumentos de aprendizagem são bastante objetivos: ler, escrever, contar, expressar-se, resolver problemas – em suma, os chamados códigos da modernidade, que, como o próprio nome indica, são instrumentos para viver e conviver em sociedades de informação, nas quais o conhecimento

passa a ser fator decisivo para a melhoria de vida, o desenvolvimento produtivo com equidade, o exercício da cidadania (*Idem*, p. 40).

Entretanto, esta é uma discussão que não se atém tão somente a um discurso neoliberal, pois atualmente se defende a idéia de que no mundo globalizado, inteligência e conhecimento, passam a ser condições indispensáveis para a modernização e a produtividade do processo de trabalho, como também, para a capacidade do homem em solucionar problemas, liderar, tomar decisões e adaptar-se a novas situações impostas pela vida material.

O Brasil, por meio de políticas institucionalizadas, principalmente na área da educação, não pode ficar fora deste contexto, visto que a produtividade e a competitividade internacional podem determinar as diferenças sociais, educacionais, culturais e políticas entre os países.

Gostaríamos de destacar que o conceito de letramento está presente em diferentes perspectivas teóricas, o que nos faz ter o cuidado de saber sobre seus fundamentos, seus formuladores, sua aplicação em termos práticos, evitando-se com isto, defender projetos históricos de educação e sociedade diferenciados do que se almeja, como por exemplo, o da perspectiva neoliberal em contraposição a uma perspectiva emancipatória.

Nos reportando novamente ao Brasil, os estudos do letramento iniciaram-se mais efetivamente por meio da Lingüística Aplicada. Atualmente, contudo, letramento já é assunto de debate em diversas áreas, como Educação, Antropologia, História, Sociologia, entre outras. Para não ficar aquém das discussões sobre letramento que já aconteciam no contexto educacional mundial pesquisadores brasileiros começaram a perceber que embora escolarizadas, as pessoas não sabiam fazer uso de seu conhecimento de leitura e

escrita para comunicarem-se, com sucesso, nas suas interações sociais, pessoais e profissionais. Assim, o Brasil entra na discussão internacional (mesmo em passos lentos), incluindo o letramento como um fenômeno a ser analisado, inclusive nos cursos de formação de professores.

Por outro lado, já existe uma preocupação por parte dos professores da Educação Básica em letrar seus alunos, o que evidentemente ocasionou a entrada dos estudos do letramento nas escolas. Ainda que os professores desconheçam o significado da palavra, já encontramos ações pedagógicas nos modos de ensinar à luz do letramento. Mas muito ainda precisa ser feito na intenção de se formar um aluno plenamente letrado.

Em nosso Estado, ao que tudo indica, pouco ainda tem sido feito em relação à difusão do letramento nas escolas de Educação Básica. De fato, isto ocorre por ainda não haver – por parte das instituições educacionais, principalmente públicas – uma política efetiva curricular e de formação continuada de professores que contemplem estudos e práticas de letramento.

Ao nos reportarmos a Soares (2003), acreditamos que não basta apenas o professor ser agente de letramento. Ele precisa primeiro **ser letrado na sua área de conhecimento, ou seja**, precisa dominar a produção escrita de sua área; as ferramentas de busca de informação; ser um bom leitor e um bom produtor de textos; reconheça as características e peculiaridades dos gêneros de escrita próprios de sua área de conhecimento, entre outras. Segundo Soares (2003, p. 73):

[...] Em todas as áreas de conhecimento, em todas as disciplinas, os alunos aprendem através de práticas de leitura e de escrita: em História, em Geografia, em Ciências, mesmo na Matemática, enfim, em todas as disciplinas, os alunos

aprendem lendo e escrevendo. É um engano pensar que o processo de letramento é um problema apenas do professor de Português: letrar é função e obrigação de todos os professores. Mesmo porque em cada área de conhecimento, a escrita tem peculiaridades, que os professores que nela atuam é que conhecem e dominam. A quantidade de informações, conceitos, princípios, em cada área de conhecimento, no mundo atual, e a velocidade com que essas informações, conceitos, princípios, são ampliados, reformulados, substituídos, faz com que o estudo e a aprendizagem devam ser, fundamentalmente, a identificação de ferramentas de busca de informação e de habilidades de usá-las, através de leitura, interpretação, relacionamento de conhecimentos. E isso é letramento, atribuição, portanto, de todos os professores, de toda a escola.

Aos olhos de Soares (*op. cit.*), o letramento não deve ser restrito apenas ao professor de língua portuguesa¹⁷, e sim de todos os professores que atuam na Educação Básica, visto que o letramento transita no campo disciplinar de várias áreas do conhecimento. O descompromisso por parte dos professores de outras áreas com o letramento torna-se preocupante, já que letrar o estudante brasileiro deveria ser a “ordem-do-dia” na escola brasileira, que é a principal agência de letramento na sociedade moderna.

Kleiman (1995, p. 19) sobre a função da escola no letramento do aluno afirma que:

[...] Os estudos de letramento preocupam-se com usos e funções sociais da leitura e da escrita. Ou seja, eles devem sair do contexto escolar para irem além dos muros da escola, para a sociedade, onde as pessoas precisam desenvolver os conhecimentos adquiridos na instituição escolar e em seus relacionamentos pessoais.

17 - Sabemos que é o professor de Letras o responsável pelo ensino de língua portuguesa, sendo assim, não estamos isentando-o de sua responsabilidade em trabalhar efetivamente e competentemente a linguagem com o objetivo de formar um aluno letrado na sua amplitude.

Considerações finais

Já existe no Brasil um referencial teórico de autores, pesquisadores, professores que pesquisam o letramento como objeto de investigação na área da educação, problematizando seu conceito, mitos, práticas, modelos, pesquisas, sentido político, entre outros. Cabe às IES e aos professores da Educação Básica estudá-lo e conhecê-lo para incorporá-lo em suas atividades curriculares. Percebemos também, que o letramento já se compõe como política pública educacional, o que poderá ser implementado nas escolas públicas e, para tal, o professor precisa conhecer estas políticas seja para implementá-las ou criticá-las.

Verificamos também que para o professor ser letrador, ele precisa primeiramente ser letrado na sua área de conhecimento, visto que todos os professores podem letrar seus alunos, independente de sua formação inicial. Só assim ele poderá ser um agente de letramento, o que certamente, gerará novos conhecimentos para a sua prática. Para o professor se tornar um “professor-letrador” é necessário, primeiramente, que o mesmo construa conhecimentos sobre o tema, identifique as suas dimensões e, sobretudo, a sua aplicação. Esta é desenvolvida por meio de pesquisas e investigação, que podem gerar projetos de intervenção acerca do letramento no contexto escolar. Vimos também que se os professores não compreenderem os mitos de letramento, isto pode trazer grandes repercussões para o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

A questão dos estudos acerca do letramento no âmbito dos cursos de formação de professores pode permitir ao sistema educacional brasileiro solidificar a reflexão do aprender e do ensinar a partir da valorização do conhecimento que o educando já possui e, em especial, a compreensão e vivência deste sobre as práticas sociais de leitura e escrita. Esse olhar progressivo que vem se formando, no contexto educacional brasileiro, mostra o avanço de uma educação

direcionada a um ensino que possa garantir ao aluno um aprendizado que contribua para a construção da própria vida em comunidade, agindo coerentemente nos momentos que exigirem deste não só ser escolarizado, mas que este consiga desenvolver seu conhecimento de mundo e habilidades de modo a responder às suas necessidades e as perspectivas sociais.

Interesses também expressos nos princípios e finalidades da atual LDB que alicerça a educação brasileira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e que tem por finalidade preparar o educando para o pleno exercício da cidadania e qualificação para o mundo do trabalho.

O debate sobre os estudos do letramento, não se esgota nesta interlocução. É necessário analisar o papel da escola, seu corpo docente, na promoção do letramento dos indivíduos inseridos numa sociedade globalizada que, cada vez mais, exige variadas formas de letramento.

Os objetivos orientadores e as considerações finais deste estudo, por sua vez, podem nos levar a novas investigações. Julgamos importante que os cursos de formação de professores invistam em pesquisas acerca da materialidade dos estudos do letramento em seu projeto pedagógico, buscando perceber: que saberes são operados acerca do letramento; de que forma são trabalhados e que sentidos são atribuídos a eles por seus professores e alunos. Questões que nos motivam a prosseguir na investigação desta temática relevante, tanto científica quanto social para os pesquisadores, professores e alunos dos cursos de licenciaturas das Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Referências

BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). **Português no Ensino Médio e Formação do Professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

CAMPOS, Samuel Pereira. **Práticas de Letramento no Meio Rural Brasileiro**: a influência do movimento sem terra em escola pública de assentamento de reforma agrária. São Paulo: Unicamp, 2003.

DESCADERCI, M.A.A.S. **O Concurso Público**: um evento de letramento em exame. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 1992.

DI NUCCI, Eliane P. Alfabetizar letrando: um desafio para o professor. In: LEITE, S.A. (org.). **Alfabetização e Letramento**: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi Artes Escritas, 2001.

DONALDO, Macedo. **Alfabetização**: leitura da palavra, leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FERREIRA, Ioneli Bessa. **Saberes e Práticas de Letramento dos Professores do EJA**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2007.

FERREIRA, Ioneli; NUNES, Herika. Letramento e formação de professores numa perspectiva lingüística. In: SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da (org.). **As Interfaces dos Estudos**

Referências

Linguísticos. Belém: UNAMA, vol. 4, 2006.

GRAFF, Harvey J. O mito do alfabetismo. In: **A Nova Direita e a Educação: o mito da alfabetização, os saberes escolares.** Teoria e Educação, n. 2, 1990.

KLEIMAN, Ângela (org.). **Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

___. (org.). **A Formação do Professor: perspectivas da lingüística aplicada.** São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

___. (org.). **Letramento e Formação do Professor: práticas discursivas, representações e construção do saber.** São Paulo: Mercado de Letras, 2005.

___. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In: LEITE, S. A. **Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas.** Campinas: Komedi Artes Escritas, 2001.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (orgs.). **Letramento e Formação do Professor: práticas discursivas, representações e construção do saber.** Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PENA, Selma Costa *et al.* **Letramento na Escola e seus Itinerários de Formação.** Belém: Alves Editora, 2005.

RIBEIRO, Vera Mazagão (org.) **Letramento no Brasil.** São Paulo:

Referências

Global, 2003.

ROJO, Roxane (org.). **Alfabetização e Letramento: perspectivas lingüísticas**. São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

SIGNORINI, Inês *et al.* **O Ensino e a Formação do Professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2004a.

__. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.